



POÇOS DE CALDAS

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.532.971/0001-94

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("PCTE" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2019.

1) A COMPANHIA

A PCTE é uma companhia anônima de capital fechado, constituída em 12 de dezembro de 2006 e estabelecida na Avenida Presidente Vargas, 955, sala 1512, Centro, Rio de Janeiro. Possui duas filiais, localizadas em Araporã no Estado de Minas Gerais e em Rosana no Estado de São Paulo.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate de China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km: 301
Tensão em kV: 500/440
Subestações próprias/acessadas: 4

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 42.862.113 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020 e R\$ 40.954.353 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2019 e 2018 são:

	2019	2018
• Liquidez geral	1,36	1,27
• Liquidez corrente	1,48	1,41
• Relação patrimônio líquido/ativo	26,28%	21,57%
• Relação passivo não circulante/ativo	61,94%	67,69%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	(18,32%)	(53,03%)
• Relação lucro operacional/patrimônio líquido	13,27%	15,69%
Ativos totais - R\$	277.929.660	284.781.118
Prejuízo do exercício - R\$	(13.378.606)	(32.571.466)

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas

e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessão.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em reais)

Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
		(reapresentado)	(reapresentado)			(reapresentado)	(reapresentado)
Ativo				Passivo			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	11.581.929	7.089.360	Fornecedores - terceiros		608.320	187.963
Concessionárias e permissionárias	7	4.434.148	4.292.801	Fornecedores - partes relacionadas	20	1.017.642	876.141
Contas a receber - partes relacionadas	20	349.271	190.413	Empréstimos - partes relacionadas	9	26.634.236	25.662.199
Estoques		848.241	848.241	Impostos e contribuições sociais		1.308.675	929.498
Adiantamento a fornecedores		293.113	308.452	Taxas regulamentares	10	1.786.409	1.620.236
Impostos a recuperar		477.578	1.378.993	Outros passivos circulantes		1.390.966	1.313.918
Ativos de contrato	8	29.975.976	28.696.355			32.746.248	30.589.955
Outros ativos circulantes		351.526	211.801	Passivo não circulante			
		48.311.782	43.015.916	Empréstimos - partes relacionadas	9	148.536.939	168.195.330
				Outras provisões - compensação ambiental		1.232.708	1.466.080
Ativo não circulante				Provisão contingências	11	135.038	41.350
Ativos de contrato	8	223.871.872	240.847.843	Impostos diferidos	12	17.016.300	18.140.324
Outros ativos não circulantes		4.912.440	265.726	Outros passivos não circulantes		5.219.917	4.926.963
Imobilizado		823.891	627.446			172.140.902	192.770.047
Intangível		9.675	24.187	Patrimônio líquido	13	233.350.900	208.350.900
		229.617.878	241.765.202	Capital social		(160.308.390)	(146.929.784)
		277.929.660	284.781.118	Prejuízo acumulado		73.042.510	61.421.116
							93.992.582
Total do ativo		277.929.660	284.781.118	Total do passivo e do patrimônio líquido		277.929.660	284.781.118
							309.788.926

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	208.350.900	-	(114.358.318)	93.992.582
Prejuízo do exercício	-	-	(32.571.466)	(32.571.466)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	208.350.900	-	(146.929.784)	61.421.116
Aumento de capital conforme AGE de 16 de julho de 2019	25.000.000	-	-	25.000.000
Prejuízo do exercício	-	-	(13.378.606)	(13.378.606)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	233.350.900	-	(160.308.390)	73.042.510

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("PCTE" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de dezembro de 2006 e estabelecida na Avenida Presidente Vargas, 955, sala 1512, Centro, Rio de Janeiro. Possui duas filiais, localizadas em Araporã no Estado de Minas Gerais e em Rosana no Estado de São Paulo. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate de China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A Companhia tem por objeto a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.1. Da concessão:** A Cobra Instalaciones y Servicios S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 005/2006, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote B. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 3 de abril de 2007 foi publicado no Diário Oficial de 4 de abril de 2007. No dia 20 de abril de 2007, a Companhia assinou com a União, através da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 002/2007-ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em: (i) Instalações de transmissão em 500/440 KV, composta pela linha de transmissão 500 KV com origem na Subestação Jaguará e término na Subestação Estreito, ambas no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 53 km; pela linha de transmissão 500 KV com origem na Subestação Estreito e término na Subestação Ribeirão Preto, ambas no Estado de São Paulo, com circuito simples e com extensão aproximada de 118 km; e pela linha de transmissão 500 KV com origem na Subestação Ribeirão Preto com autotransformadores com transformação 500/440 KV, no Estado de São Paulo e término na Subestação Poços de Caldas, no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 137 km. (ii) Entradas de linhas 500 KV na Subestação Jaguará, 500 KV na Subestação Estreito pela interligação de barras, 500 KV na Subestação Ribeirão Preto por reatores de barra, autotransformadores com transformação 500/440 KV e interligação de barra e 500 KV na Subestação Poços de Caldas e respectivas instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **1.2. Receita Anual Permitida (RAP):** A RAP foi determinada em aproximadamente R\$23.430.000 (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IPCA. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão. Em 26 de junho de 2018, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408/2018 estabeleceu a RAP em R\$ 40.954.353 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019. Em 25 de junho de 2019, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 estabeleceu a RAP em R\$ 42.862.113 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020. A receita faturada dos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 21 de fevereiro de 2020. **2.1. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em

moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito indenizatório para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos Avisos de Créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. **3.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4. Ativo de concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. Ativo de Concessão - contratual: Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01/IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo Contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
		(reapresentado)	(reapresentado)
Receita operacional líquida	14	24.550.555	23.176.784
Custo da operação	15	(10.275.206)	(8.332.244)
Lucro bruto		14.275.349	14.844.540
Despesas gerais e administrativas	16	(3.947.156)	(4.819.605)
Outras despesas operacionais líquidas		(637.674)	(389.465)
Lucro antes do resultado financeiro		9.690.519	9.635.470
Resultado financeiro	17	(21.334.398)	(40.371.571)
Receita financeira		38.898.862	37.854.985
Despesa financeira		(60.233.260)	(78.226.556)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		(11.643.879)	(30.736.101)
Imposto de renda e contribuição social	19	(1.734.727)	(1.835.365)
Prejuízo do exercício		(13.378.606)	(32.571.466)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018
	(reapresentado)	(reapresentado)
Prejuízo do exercício	(13.378.606)	(32.571.466)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	(13.378.606)	(32.571.466)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes dos impostos	(11.643.879)	(30.736.101)
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	22.931.656	42.079.920
Depreciação e amortização	(19.292)	132.422
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13.181)	(52.317)
Provisão para compensação ambiental	(233.373)	(1.035.410)
Provisão para contingências	93.688	(26.704)
Atualização monetária	292.954	322.161
(Aumento) redução nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	(128.166)	339.620
Contas a receber	(158.858)	(104.682)
Ativo de contrato	15.696.351	15.393.076
Estoques	-	(10.592)
Impostos a recuperar	900.915	2.676.520
Adiantamentos a fornecedores	15.339	(18.594)
Outros ativos	(4.786.440)	106.698
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	561.858	(253.987)
Tributos e contribuições sociais	(1.297.918)	(2.671.626)
Impostos pagos	(1.181.657)	(325.496)
Juros pagos	(14.685.630)	(10.647.158)
Taxas regulamentares	166.173	(80.812)
Outros passivos	77.051	243.547
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	6.587.591	15.330.485
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(162.641)	(14.274)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(162.641)	(14.274)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	25.000.000	-
Empréstimos pagos	(26.932.381)	(21.876.141)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(1.932.381)	(21.876.141)
Aumento (Redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	4.492.569	(6.559.930)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.089.360	13.649.290
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	11.581.929	7.089.360

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente



POÇOS DE CALDAS

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.532.971/0001-94



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.8. Impostos:** Impostos sobre serviços prestados: As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita. O imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescido das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R\$ 60.000 no trimestre. A contribuição social é computada com presunção 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **3.9. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.11. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.12. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.13. Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se às alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que têm início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.14. Instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. a) Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos do principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.15 Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.16 Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS COMPARATIVOS

Ao longo de 2018, as companhias de Transmissão de Energia Elétrica estiveram envolvidas em discussão técnica contábil em relação à classificação dos ativos de transmissão. A Administração da Companhia, após reavaliação deste tema e objetivando a melhor apresentação das suas demonstrações financeiras, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 - Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro”, procedeu com a reapresentação, de forma retrospectiva, do seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente publicadas em 18 de Março de 2019, decorrentes de erro na mensuração da receita e do ativo de contrato das concessões de transmissão na adoção inicial do pronunciamento citado acima, e seus impactos tributários correlacionados conforme abaixo:

	Ref.	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Balanco patrimonial				
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		7.089.360	-	7.089.360
Ativo de contrato	(i)	29.283.309	(586.954)	28.696.355
Demais ativos circulantes não impactados		7.230.201	-	7.230.201
		43.602.870	(586.954)	43.015.916
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	(i)	192.382.919	48.464.924	240.847.843
Demais ativos não circulantes não impactados		917.359	-	917.359
		193.300.278	48.464.924	241.765.202
		236.903.148	47.877.970	284.781.118
Total do ativo				
Ref.		31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Passivo				
Passivo circulante				
Empréstimos - partes relacionadas		25.662.199	-	25.662.199
Demais passivos circulantes não impactados		4.927.756	-	4.927.756
		30.589.955	-	30.589.955
Passivo não circulante				
Empréstimos - partes relacionadas		168.195.330	-	168.195.330
Impostos diferidos	(ii)	-	18.140.324	18.140.324
Demais passivos não circulantes não impactados		6.434.393	-	6.434.393
		174.629.723	18.140.324	192.770.047
Patrimônio líquido				
Capital social		208.350.900	-	208.350.900
Prejuízo acumulado	(i) e (ii)	(176.667.430)	29.737.646	(146.929.784)
		31.683.470	29.737.646	61.421.116
Total do passivo e do patrimônio líquido		236.903.148	47.877.970	284.781.118

	Ref.	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Demonstração do resultado				
Receita operacional líquida	(i)	23.951.268	(774.484)	23.176.784
Outros		(53.912.885)	-	(53.912.885)
Imposto de renda e contribuição social				
Lucro líquido do exercício	(ii)	(2.309.472)	474.107	(1.835.365)
		(32.271.089)	(300.377)	(32.571.466)
Demonstração do resultado abrangente				
Ref.		31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Lucro líquido do exercício	(i) e (ii)	(32.271.089)	(300.377)	(32.571.466)
Total de resultados abrangentes		(32.271.089)	(300.377)	(32.571.466)

	Ref.	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Demonstração do fluxo de caixa				
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos impostos	(i)	(29.961.616)	(774.485)	(30.736.101)
Itens de resultado que não afetam o caixa		41.420.072	-	41.420.072
(Aumento) redução nos ativos		17.045.714	1.336.332	18.382.046
Aumento (redução) nos passivos		(13.173.685)	(561.847)	(13.735.532)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		15.330.485	-	15.330.485
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(14.274)	-	(14.274)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento		(21.876.141)	-	(21.876.141)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(6.559.930)	-	(6.559.930)

A seguir impactos da adoção do CPC 47 no balanço social da Companhia em 1º de janeiro de 2018:

	Ref.	01/01/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Balanco patrimonial				
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		13.649.290	-	13.649.290
Ativo de contrato	(i)	28.186.689	(561.073)	27.625.616
Demais ativos circulantes não impactados		10.133.035	-	10.133.035
		51.969.014	(561.073)	51.407.941
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	(i)	300.636.176	(43.324.517)	257.311.659
Demais ativos não circulantes não impactados		1.069.326	-	1.069.326
		301.705.502	(43.324.517)	258.380.985
		353.674.516	(43.885.590)	309.788.926
Total do ativo				
Ref.		01/01/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Passivo				
Passivo circulante				
Empréstimos - partes relacionadas		19.089.649	-	19.089.649
Demais passivos circulantes não impactados		5.144.811	-	5.144.811
		24.234.460	-	24.234.460
Passivo não circulante				
Empréstimos - partes relacionadas		165.211.259	-	165.211.259
Impostos diferidos	(ii)	256.811	18.919.467	19.176.278
Demais passivos não circulantes não impactados		7.174.347	-	7.174.347
		172.642.417	18.919.467	191.561.884
Patrimônio líquido				
Capital social		208.350.900	-	208.350.900
Prejuízo acumulado	(i) e (ii)	(51.553.261)	(62.805.057)	(114.358.318)
		156.797.639	(62.805.057)	93.992.582
Total do passivo e do patrimônio líquido		353.674.516	(43.885.590)	309.788.926

(i) Ajustes para correção de erros na implementação do CPC 47, que define o ativo da concessão como ativo contratual conforme descrito na nota explicativa 3.4.
(ii) Impacto dos impostos diferidos sobre os ajustes efetuados referente ao recálculo do CPC 47 e sobre os ajustes de IR e CS correntes referentes a recálculo do IFRIC 12.

5. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

5.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019: As seguintes Normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. • **CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) se sobrepôs à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICP 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão classificando arrendamentos como arrendamentos operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma. A Companhia adotou o CPC 06 (R2) usando o método retrospectivo modificado de adoção, com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2019. A Companhia aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se a versão anterior da norma na data da aplicação inicial. A Companhia também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contêm opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor). Não houve efeito significativo oriundo da adoção ao CPC 06 (R2) sobre as demonstrações financeiras. • **ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** A interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A interpretação aborda especificamente o seguinte: • Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente. • As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais. • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto. • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia

aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. A interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras. • **CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa:** De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam “somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto” (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Melhorias anuais:** • **CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados. A entidade aplica essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica essas alterações pela primeira vez, as aplica às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal aplicável nas jurisdições nas quais a Companhia atua (primariamente no Brasil) não prevêm a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras. **5.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • **Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material:** Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição declara que: “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.” Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Caixa	1.363	173	-
Bancos	530.696	221.579	280.330
Aplicações financeiras	11.049.870	6.867.608	13.368.960
	11.581.929	7.089.360	13.649.290

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
A vencer	3.743.465	3.705.869	3.741.459
Vencidas até 30 dias	19.214	19.059	871
Vencidas até 60 dias	4.459	1.058	1.872
Vencidas até 90 dias	4.260	3.132	1.131
Vencidas há mais de 90 dias	703.038	617.152	940.557
	4.474.436	4.346.270	4.685.890
(-) PCLD	(40.288)	(53.469)	(105.786)
	4.434.148	4.292.801	4.580.104

Em função do giro de contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. Segue movimentação da PCLD:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Saldo em 1º de janeiro	(53.469)	(105.786)	(51.917)
Reversão	13.181	52.317	-
Complemento de provisão	-	-	(53.869)
Saldo em 31 de dezembro	(40.288)	(53.469)	(105.786)

8. ATIVOS DE CONTRATO

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Circulante	29.975.976	28.696.355	27.625.616
Não circulante	223.871.872	240.847.843	257.311.659
	253.847.848	269.544.198	284.937.275

9. EMPRÉSTIMOS

a) Total da dívida

Descrição	Venci- Início mento	Garan- tidor	Encar- gos	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
				31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
State Grid International Development Limited (SGID)	11/ 2014	12/ 2028	N/A	Liber + 2,85% a.a.	175.17	



POÇOS DE CALDAS

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.532.971/0001-94



★ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

11. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Trabalhista	135.038	41.350	68.054
	135.038	41.350	68.054

Contingências possíveis (não provisionadas): Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Trabalhista	423.341	559.465	-
Ambiental	2.121.260	2.131.841	-
Fiscal	-	749.756	16.159
Cível	-	-	20.251
	2.544.601	3.441.062	36.410

12. IMPOSTOS DIFERIDOS

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Impostos diferidos passivos (i)	17.016.300	18.140.324	19.176.278
	17.016.300	18.140.324	19.176.278

(i) Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** O capital social em 31 de dezembro de 2018, subscrito e integralizado era de R\$208.350.900 dividido em 208.350.900 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. Em 16 de julho de 2019, foram subscritas 25.000.000 ações ordinárias e nominativas, a preço de R\$1,00 cada, totalizando R\$ 25.000.000, integralizadas em moeda nacional pela acionista SGBH. Em 31 de dezembro de 2019 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 233.350.900, dividido em 233.350.900 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2019 e 2018
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	100%

b) **Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações. c) **Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receita operacional bruta	27.250.322	25.707.074
Receita de operação e manutenção	14.799.475	14.290.269
Remuneração do ativo contratual	11.535.564	12.232.541
Receita de construção	459.084	-
Outras receitas	456.199	(815.736)
Deduções da receita operacional	(2.699.767)	(2.530.290)
PIS (corrente e diferido)	(177.348)	(167.096)
COFINS (corrente e diferido)	(818.527)	(771.212)
RGR	(1.142.625)	(1.064.238)
P&D	(406.189)	(380.080)
TFSEE	(155.078)	(147.664)
	24.550.555	23.176.784

15. CUSTO DA OPERAÇÃO

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(5.738.086)	(5.224.572)
Material	(433.544)	(234.464)
Serviços de terceiros	(2.067.734)	(1.127.265)
Arrendamentos e alugueis	(42.334)	(17.299)
Seguros	(117.736)	(143.962)
Tributos	(12.810)	(2.752)
Custo de operação e manutenção	(309.191)	(334.993)
Custo de construção	(459.084)	-
Comunicação e telecomunicação	(552.345)	(546.155)
Outros	(542.342)	(700.782)
	(10.275.206)	(8.332.244)

16. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(3.831.642)	(3.890.262)
Material	(66.008)	(28.806)
Serviços de terceiros	(483.813)	(470.148)
Arrendamentos e alugueis	(90.502)	(79.172)
Provisão	(122.614)	(13.354)
(-) Recuperação de despesas (i)	1.007.985	-
Tributos	(6.695)	(3.631)
Depreciação e amortização	(15.532)	(15.049)
Outras	(338.335)	(319.183)
	(3.947.156)	(4.819.605)

(i) Valor refere-se a ajuste de almoxarifado conforme inventário físico

17. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2019	31/12/2018
Receita financeira	38.898.862	37.854.985
Receitas de aplicações financeiras	1.228.236	1.052.564
Variações cambiais ativas	37.216.291	36.076.406
Outras receitas financeiras	454.335	726.015
Despesa financeira	(60.233.260)	(78.226.556)
Variações cambiais passivas	(46.016.324)	(68.043.908)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas	(14.131.623)	(10.112.418)
Outras despesas financeiras	(85.313)	(70.230)
	(21.334.398)	(40.371.571)

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

18.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Caixa e equivalentes de caixa	6	11.581.929	7.089.360	13.649.290

Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Contas a receber - partes relacionadas	20	349.271	190.413	85.729

Concessionárias e permissionárias	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
	7	4.434.148	4.292.801	4.580.104

Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Empréstimos - partes relacionadas	9	175.171.175	193.857.529	184.300.908

Fornecedores - terceiros	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
		608.320	187.963	162.099

Fornecedores - partes relacionadas	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
	20	1.017.642	876.141	1.155.993

18.2. Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) **Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) **Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos e financiamentos indexados a taxas de juros prefixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. c) **Riscos cambiais:** Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os empréstimos da Companhia são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais fica consolidado no Grupo. **Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira:** A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2019. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

	31/12/2019	-5%	+5%
Empréstimos	175.171.175	(7.983.408)	8.373.610

d) **Risco de crédito:** O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esse risco, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e) **Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

19. CONCILIAÇÃO DA LIQUOTA EFETIVA DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (IR E CS)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receitas brutas	27.250.322	25.707.074
Base de cálculo (8%)	2.180.026	2.056.566
Outras receitas	2.701.094	1.788.506
Base de cálculo IR devido	4.881.120	3.845.072
(+) IR diferido/Outros	(1.530.992)	(1.573.648)
	334.034	307.862
Total de IRPJ	(1.196.958)	(1.265.786)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receitas brutas	27.250.322	25.707.074
Base de cálculo (12%)	3.270.039	3.084.849
Outras receitas	2.701.094	1.788.506
Base de cálculo CSLL devida	5.971.133	4.873.355
(+) CSLL diferido/Outros	(718.147)	(735.824)
	186.378	166.245
Total de CSLL	(537.769)	(569.579)
Total de IRPJ/CSLL	(1.734.727)	(1.835.365)

20. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

20.1. Ativo

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Contas a receber - partes relacionadas	349.271	190.413	85.729
Rateio Resolução 699/16 - ANEEL (i)	322.304	189.586	80.111
Outros	26.967	827	5.618

20.2. Passivo

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Fornecedores/empréstimos - partes relacionadas	176.188.817	194.733.670	185.456.901
Aluguel (ii)	6.435	6.131	5.629
Rateio Resolução 699/16 - ANEEL (i)	1.011.207	870.010	1.131.332
Outros	-	-	19.032
Empréstimos com a SGID (nota explicativa 9)	175.171.175	193.857.529	184.300.908

20.3. Resultado

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado - partes relacionadas	(16.604.075)	(13.347.127)
Despesa de aluguel (ii)	(74.790)	(69.561)
Despesa de juros com empréstimos com a SGID (nota explicativa 17)	(14.131.623)	(10.112.418)
Rateio Resolução 699/16 - ANEEL (i)	(2.397.662)	(3.165.148)

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.

(ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

21. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

22. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes de seguro para os bens sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2019	31/12/2018
Responsabilidade civil	Risco civil	10.000.000	10.000.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	148.310.000	148.310.000
Veículos	Carros	892.196	582.394
		159.202.196	158.892.394

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente

Jorge Raul Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes
Conforme mencionado na nota explicativa 4, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compõem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base de contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto